

O comum urbano: a transformação da paisagem e a ressignificação de espaços residuais na escala local

The urban common: the transformation of the landscape and the resignification of the residual spaces in the local scale

Sessão Temática: Lutas urbanas e práticas insurgentes

VIEGAS, Marina Vale; Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal de Minas Gerais.

marinaviegas@gmail.com

Resumo

Este trabalho pretende iniciar uma discussão em torno do comum urbano com base na escala local, nas transformações da paisagem e na ressignificação de espaços residuais. A reconquista do espaço de uso coletivo público por meio da participação comum abrange o recorte da paisagem no imaginário dos usuários da cidade e a sua relação com os espaços residuais que fazem parte da história do local. Essa investigação questiona a globalização como justificativa para a reprodução capitalista do espaço e pretende iniciar um discurso que abrange a dicotomia entre o global e o local, cotidiano. Indaga-se: seria possível reaver o espaço comum nas áreas centrais das cidades por meio da *práxis* em relação à transformação da paisagem e à ressignificação dos espaços residuais? A partir da revisão dos conceitos, pretende-se entender quais medidas seriam necessárias para a participação na construção do espaço de fato comum das cidades.

Palavras-chave (3 palavras): comum, paisagem, residual.

Abstract

This work aims to initiate a discussion around the urban common based on the local scale, the landscapes's transformations and the re-signification of the residual spaces. The reconquer of the public collective use space by the means of the common participation incorporates the framing of the landscape inside the imagery of the cities' users and its relation to the residual spaces that are part of the place's history. This investigation questions the globalization as a explanation to the capitalist reproduction of the space e aims to initiate a discourse that comprises the dichotomy between the global and the local, the everyday life. It inquires: would it be possible to reconquer the common space on the central areas of the cities by the praxis related to the transformation of the landscape and the re-signification of the residual spaces? From the revision the the concepts, it is an objective to understand

which measures would be necessary to the participation on the construction of the real common in the cities.

Keywords: common; landscape; residual.

1. O comum, a globalização e o local

A verdadeira experiência do espaço urbano diz respeito a um conjunto de fatores que vão desde as práticas da agenda neoliberal à vida cotidiana em locais singulares decorrente de suas características intrínsecas. A vivência nas cidades remete ao recorte da paisagem feita no imaginário de cada usuário e a sua relação com a cultura local e seus espaços novos e residuais. Portanto, a produção do espaço responsabiliza-se pela criação de sensações e pelo incentivo à prática social, ambos submetidos ao sistema capitalista. Por outro lado, David Harvey (2005, p. 147) afirma: “A capacidade de dominar o espaço implica na produção do espaço”. Para o autor, o capital é uma relação social, ou seja, o capital responsabiliza-se por controlar a dinâmica entre os indivíduos e modificar a paisagem e os espaços residuais nos quais decorre o cotidiano. Portanto, a produção simbólica como estratégia da economia capitalista refere-se às formas de representação do espaço pelas camadas de poder financeiro alto, através da acumulação de capital, e da sua relação com a cultura e com os usuários da área em questão (ZUKIN, 1995).

So outra perspectiva, o comum representa o coletivo, a comunidade, o que pode ser compartilhado. Ele significa a participação efetiva dos usuários do espaço na sua construção e nas transformações das cidades. O comum decorre sem a dominação do mercado capitalista, sem a interferência da produção simbólica e de forma que todos tomem parte.

Pode-se considerar que o comum designa os bens, espaços e recursos (materiais /ou imateriais) que são produzidos e apropriados coletivamente por uma dada comunidade por meio de práticas e relações de compartilhamento e reciprocidade, fora do âmbito do Estado e do mercado e dos seus respectivos regimes de propriedade: público e privado.(TONUCCI FILHO, 2017, p. 37)

A produção contemporânea do espaço pauta-se pela agenda neoliberal que vai ao desencontro com o comum. Para Dardot e Laval (2017), a categoria "dos comuns" faz parte das contestações antiglobalizarion, ou seja, a rejeição da apropriação neoliberal das cidades. Tonucci Filho e Magalhães (2017) definem o comum e o neoliberalismo como “dois polos políticos opostos”. A atual política de manutenção das cidades coloca em evidência a construção de uma paisagem a ser consumida pelos usuários do espaço de acordo com o seu capital financeiro e cultural e de maneira a causar expulsões (SASSEN, 2016). “A produção do espaço atravessada por processos (governamentais) neoliberais envolve a ativa construção de um conjunto de pressupostos sociopolíticos para esse fortalecimento do mercado” (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017, p. 434). Por outro lado, a política do



comum objetiva a construção de uma comunidade dentro da qual a apropriação não é possível: ela não configura um bem. Portanto, “[...] todo e verdadeiro comum político deve a sua existência a uma atividade contínua e constante de pôr em comum” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 248, grifo do autor).

Segundo David Harvey (2001), a globalização é apenas mais uma forma de produção capitalista do espaço que se beneficia dos avanços tecnológicos em comunicação e transporte, principalmente quando se trata da movimentação de capital em uma escala global. Ou seja, a globalização responsabiliza-se pelas transformações percebidas do espaço que carregam os interesses da classe dominante e que podem ser reproduzidas em qualquer lugar do globo. “O materialismo histórico-geográfico bem fundamentado nos ensina que a globalização é o produto desses processos distintos da produção do espaço sob influência do capitalismo”¹ (HARVEY, 2001, p. 30, tradução nossa).

Em *A produção capitalista do espaço*, o autor argumenta que essa circulação financeira mais efetiva tem como consequência a expansão da produção do espaço, o que gera mais lucros para os investidores e a maior concentração de capital nas áreas em questão. Além disto, os investimentos podem acontecer em qualquer lugar do mundo com a facilidade do deslocamento do dinheiro na atualidade (HARVEY, 2005). Nas cidades, observa-se a globalização nas práticas sociais cotidianas, nos espaços de consumo, na apropriação da cultura local para a sua venda no mercado mundial, na produção de paisagens que remetem à reprodução de outras localidades recorrentes no imaginário popular, na criação de destinos turísticos, na atualização ou ressignificação de espaços residuais, dentre várias outras. Essas estratégias não dizem respeito ao local em que elas estão inseridas. Segundo Caser e Dias (2018, p. 1467) o processo de globalização resulta na “justaposição conflituosa da cidade global e local no mesmo território”. Por outro lado, João Tonucci (2017, p. 110, grifos do autor) ressalta que: “os comuns urbanos são geralmente de larga escala, e portanto de pouca relevância direta para os indivíduos, uma vez que os mesmos muitas vezes nem sabem que as infraestruturas e serviços urbanos por eles usados são (ou poderiam ser) comuns”. Portanto, a escala local e pequena faz-se essencial na prática do comum.

O principal questionamento desse artigo consiste em: a globalização justifica o caráter mundial da reprodução capitalista do espaço com base nas práticas neoliberais, mas qual seria o seu esclarecimento em nível local? Seria possível começar a reaver o espaço comum por meio da práxis em relação à paisagem e aos espaços residuais em escala local? Ademais, o processo de globalização muitas vezes promove e, ao mesmo tempo, impõe, práticas sociais específicas vinculadas às características propositivas dessas iniciativas e

¹ *A well-grounded historical-geographical materialism teaches us that globalization is the product of these distinctive processes of the production of space on the ground under capitalism.*



que são contrárias as práticas comuns; a reedição da tipologia de um espaço residual pode abranger uma ambiência paisagística que reforça a legitimidade dos interesses da gestão capitalista do espaço e que ocasionam expulsões territoriais (SASSEN, 2016); e a produção simbólica da paisagem que costuma camuflar os questionamentos sociais relacionados à produção contemporânea do espaço pautada pela agenda neoliberal contrapõe-se ao comum.

A partir da análise de uma possível ocupação comum do espaço urbano nos âmbitos espacial, social e cultural, esse trabalho objetiva conceituar a paisagem, o residual e o comum com base nas atuais estratégias de produção e dominação do espaço pela globalização. Além disso, essa investigação avalia a relação entre os usuários do espaço e a sua paisagem e resíduos; tenta identificar de que forma a globalização altera a praxis urbana; e tenta esboçar sugestões/ações que podem ser benéficas no fortalecimento do comum.

O método escolhido para essa investigação abrange a revisão dos conceitos de comum, globalização, paisagem e espaços residuais com o intuito de se construir uma nova visão e um novo posicionamento crítico acerca da produção e da manutenção dos espaços da cidade. O trabalho divide-se em três partes, para além dessa introdução e de algumas considerações ao final: a primeira conceitua o comum, discute os espaços das cidades e suas características em relação ao uso dos espaços; a segunda descreve a categoria filosófica da paisagem e a relaciona como uma possível ferramenta para a criação de um posicionamento crítico acerca do urbano e a incitação de práticas sociais; e a terceira discute como os espaços residuais configuram uma alternativa para a participação e ocupação dos espaços centrais das cidades pelo comum.

2. O espaço comum

A atual produção contemporânea do espaço legitima a expulsão social e a destruição da natureza, além de colocar em evidência a dominação pelo sistema econômico. Por se tratar do meio em que a vida cotidiana se sucede, a dinâmica entre os usuários da cidade e a cultura local encontra-se intermediada pelo espaço. A ideia de uma cultura pública, comum e central a todos os frequentadores também torna-se determinada pelo agente que produz o espaço. Sharon Zukin (1995, p. 265, tradução nossa) argumenta que: “o próprio conceito de cultura pública soa arcaica porque ela requer transcender os interesses privados; ela foi substituída pelas novas regras da privatização, globalização e separações étnicas”². A transformação da paisagem representa a nova forma da expansão geográfica do capitalismo. A produção simbólica - que abrange desde a resignificação de espaços residuais ao desenvolvimento da violência simbólica - cria imagens influenciadas pela

² *The very concept of public culture seems old because it requires transcending private interests; it has been replaced by new rules of privatization, globalization, and ethnic separation.*



acumulação de distintas representações da economia respaldada pelos símbolos. Dessa maneira, essas estratégias concebem o que é visto pelos usuários do espaço e pré determinam a sua ação.

Desde os primórdios, o conceito de comum desdobrou-se de acordo com o contexto sociopolítico e cultural. Raymond Williams (2007, p. 100, grifos do autor) relata: "Interessante, portanto, é o uso muito precoce de **comum** como adjetivo e substantivo relativo a divisão social: **comum, o comum e os comuns**, em contraste com os lordes e a nobreza. [...] **Comum** pode indicar todo um grupo ou interesse, ou um grande grupo específico e subordinado". A dessemelhança entre as classes sociais da era moderna hoje atualiza-se para a dicotomia entre os detentores de capital e os subordinados a esses agentes da produção do espaço e reprodução da dominação capitalista. E justo a segregação social, no sentido de uma expressiva divisão ideológica dentro do grupo dos subordinados ao sistema econômico, impede a confluência de lutas comuns nas cidades atuais.

Para Dardot e Laval, o comum não relaciona-se somente à divisão social, essa já intrínseca as estratégias da globalização, mas também à *práxis*. "É preciso afirmar que *somente* a atividade prática dos homens pode tornar as coisas comuns, do mesmo modo que *somente* essa atividade prática pode produzir um novo sujeito coletivo, em vez de afirmar que tal sujeito preexistia a essa atividade na qualidade de titular de direitos" (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 53, grifo do autor). A participação e a construção comum do espaço, ou seja, a representação da cultura, a determinação do uso, o sentimento de fazer parte e se sentir conectado com as construções existentes e que ainda vão ser construídas são características almejadas pelo comum, uma vez que a vida cotidiana se desenrola no espaço das cidades. Entretanto, as decisões tomadas em relação às alterações tem a dupla participação do Estado e do mercado. E esse processo torna-se possível graças as diversas variáveis que compõe a neoliberalização: utilizam-se estratégias de dominação, sejam essas visíveis ou não (SASSEN, 2016).

[...] há também um fortalecimento progressivo de formas de operação e realização do neoliberalismo a partir do Estado nas escalas local e regional – em grande medida a partir do imperativo das chamadas *vantagens comparativas* e de uma forma de planejamento e gestão em busca de uma suposta eficiência pautada pelos padrões do mercado, logo, abrindo terreno para sua expansão e predomínio (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017, p. 434, grifo dos autores).



Em contrapartida com a produção capitalista do espaço, em 2011, os movimentos sociais conhecidos como *Occupy* representaram um primeiro passo da reconquista do espaço público. O incômodo é sentido mesmo que haja contradições no sistema produtivo e tentativas de encobrimento da realidade por meio da economia simbólica. Inclusive, não passa despercebido o caráter cada vez mais privado dos espaços que deveriam ser de uso coletivo público³. “Há um fervor em reconquistar de maneira coletiva e pacífica territórios urbanos, praças e largos, verdadeiros espaços públicos marginalizados pela lógica neoliberal privatista que privilegiou não os espaços de manifestação social, mas espaços de consumo e fruição intimista” (ALVES, 2012, p. 35-36). Se os próprios espaços que deveriam ser comuns não cumprem mais o seu papel, os usuários da cidade identificam os que chamam atenção dos agentes produtores: os espaços privados. No direito romano, as categorias de “público” e “uso público” são de extrema importância para o entendimento da relação que o Estado tem com os espaços da cidade.

[...] a destinação ao uso público é o que, no direito romano, se aproxima mais daquilo que entendemos por 'instituição do comum'. De fato, as coisas que têm essa destinação não ficam à total disposição do Estado, pois não são passíveis de nenhuma espécie de apropriação, seja ela estatal, seja privada, e o essencial reside justamente nisso: [...] o comum nada mais é que o *público não estatal*, desde que se especifique que essa qualificação não significa que ele é objeto de propriedade, mas apenas que é algo que está absolutamente *fora* do alcance da propriedade. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 281-282, grifo do autor)

Os espaços públicos não estatais e não apropriáveis configuram os locais de oportunidades de encontros, trocas e assimilações da cidade - os locais de práticas sociais. A percepção por meio da concepção da paisagem no imaginário ou o sentimento de participação na história de alguma construção residual retratam posicionamentos críticos dos frequentadores em relação à produção do meio em que eles estão inseridos. Dessa maneira, o estudo dessas duas categorias - a paisagem e os espaços residuais - podem trazer respostas para o desafio da reconquista das cidades por seus usuários, principalmente por serem práticas que conscientemente ou não fazem parte da vida cotidiana. A transformação da paisagem e a ressignificação de espaços residuais em favor das classes dominantes apresentam o caráter global de produção do espaço - esse completamente alienador e que separa fisicamente os agentes dos frequentadores da cidade, o que diminui a

³ Devido à complexidade da discussão entre as categorias de público e privado, principalmente quando se trata do espaço urbano, não me adentrarei nesse ponto aqui - mas pretendo fazer-no em trabalhos futuros.



possibilidade de reivindicação - mas eles representam objetos tangíveis e passíveis de mudanças pelas mãos dos próprios moradores. Como afirma David Harvey (HARVEY, 2001, p. 30, tradução nossa):

A questão não é, portanto, o que o conhecimento acerca da globalização nos diz sobre a geografia, mas o que podemos entender sobre a globalização a partir dos princípios geográficos, os seus êxitos e falhas, as suas formas específicas de destruição criativa, além do desapontamento político e resistências para as quais ele dá força. Acima de tudo, o melhor entendimento dos princípios geográficos podem auxiliar na construção de uma vasta pasta de movimentos de oposição, atualmente fragmentados geograficamente e desigualmente desenvolvidos, que ofereçam esperanças e que inspirem alternativas.⁴

3. A paisagem comum

As cidades são percebidas pelos seus frequentadores a partir da concepção de imagens da paisagem no imaginário deles. A percepção do espaço influencia-se pelo meio no qual o indivíduo está inserido, portanto, a paisagem é cultural. Segundo Augustin Berque (1998, p.84):

a paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.

Augustin Berque (1998) também afirma que a paisagem é uma construção cultural, visto que se trata da interação entre os indivíduos, o espaço e a natureza. Apesar de a paisagem ser condicionada pelos modos de consumo que moldam as cidades, os recortes das imagens são ações individuais e, por conseguinte, únicas, segundo Augustin Berque. Ou seja, apesar de a construção da paisagem estar inserida em um conjunto de estratégias globais e o sentimento ser condicionado pelo capital cultural, a reação estética de cada usuário do espaço é individual. Nesse sentido, o individual vai contra a ideia da dominação econômica e ideológica do capitalismo e representa uma ruptura para com a construção do comum. Dardot e Laval argumentam que “embora o uso do comum como prática coletiva produza seu sujeito, esse sujeito não é o sujeito *do* comum, uma vez que ele não preexiste a essa prática” (DARDOT;

⁴ *The question is not, therefore, what can an understanding of globalization tell us about geography but what can an understanding of geographical principles tell us about globalization, its successes and its failures, its specific forms of creative destruction, and the political discontents and resistances to which it gives rise. Above all, a better understanding of those geographical principles can surely help bring together the vast array of oppositional movements, currently geographically fragmented as well as unevenly developed, that offer hope for and aspire to some alternative.*



LAVAL, 2017, p. 283, grifo do autor). Portanto, a prática, o recorte da paisagem, não gera um ser determinado pelo comum, mas sim uma variedade de usuários que se relacionam com a paisagem e agem a partir dela.

O conceito de paisagem definido por Georg Simmel (2013) refere-se a uma construção social, a qual é condicionada para arte e pela cultura. Além disso, para Simmel, a paisagem é uma categoria na qual conceitos cruzam-se de diversas maneiras nas mentes dos indivíduos, os quais são os próprios autores das imagens. Entender como o frequentador percebe o espaço das cidades é essencial para entender como as transformações físicas dele alteram a vida de seus usuários e como seria possível a construção do comum nessas situações. Faz-se necessário destacar que a assimilação da paisagem acontece, primordialmente, nas ruas, ao se transitar para cidade. Os espaços de uso coletivo público configuram, portanto, o local da prática de apreensão da cidade, da vida cotidiana, da dominação capitalista. Portanto, o direito ao seu uso e ocupação, assim como a adoção de um posicionamento crítico por meio do recorte da paisagem, fazem-se essenciais para a construção do comum.

Segundo Sharon Zukin (1995, p. 7, tradução nossa), “construir uma cidade depende de como os indivíduos [...] manipulam linguagens simbólicas de exclusão e do direito de possuir”⁵. A linguagem e a produção simbólica configuram uma estratégia do mercado neoliberal que objetiva a não existência ou impedem o direito de existir. Porém, ao contrário do consumo, que também configura uma prática urbana, o recorte da paisagem relaciona-se mais com a construção cultural em que o usuário do espaço se insere. Não obstante das limitações em relação ao sistema educacional, acesso a culturas outras e mesmo à mobilidade, o processo de percepção e reação estética é mais livre do que o consumo. “Essa ação (o consumo) não é um verdadeiro ‘agir’, pois é incapaz de mudar as possibilidades de escolha, previamente determinadas. Ela não produz seus próprios objetos, apenas seleciona objetos e alternativas já postos à mesa” (SAFATLE, 2012, p. 51). Enquanto a paisagem diz respeito à vivência única e individual. Apesar disso, a cultura também configura um objeto mercadológico. A apropriação de uma paisagem, um artesanato ou uma tipologia arquitetônica para a venda dessas imagens no mercado global faz parte de uma estratégia que visa, dentre outros, o turismo. David Harvey (2016, p. 135) afirma:

⁵ *Building a city depends on how people [...] manipulate symbolic languages of exclusion and entitlement.*



A mercantilização da história, da cultura e da tradição pode parecer censurável, mas sustenta um amplo mercado turístico em que a autenticidade e a exclusividade são extremamente valorizadas, mesmo que estejam sujeitas à hegemonia do valor de mercado. Mais significativo, no entanto, é a rotulação sistemática de mercadorias de consumo como únicas e especiais (mesmo quando tais pretensões são, no mínimo, duvidosas) para permitir que lhes seja aplicado um preço de monopólio. [...] Existe uma versão geográfica interessante desse mesmo fenômeno.

No caso das cidades globalizadas, os estímulos para as transformações são concebidas pela produção da paisagem turística, esta respaldada pela economia simbólica, e que representa os desdobramentos da produção capitalista do espaço nas cidades. Berque (1988) evidencia que a paisagem também faz parte dos esquemas de ação, ou seja, que a sua percepção e recorte configuram uma *práxis* social no espaço. Dessa maneira, seria possível argumentar que a filosofia da paisagem e a sua concepção estão atreladas à criação de um espaço comum. Por se tratar de um exercício rotineiro, a percepção do espaço no seu entorno faz referência, principalmente, à paisagem local: aquela que faz parte do caminho do trabalho ou da escola, a que existe da janela de um cômodo onde se passa um tempo considerável e até mesmo um vislumbre de uma área da cidade pouco visitada. Essa interpretação não só enfatiza o desenvolvimento do capital mas como também corresponde à história dos usuários da cidade em questão.

A categoria da paisagem faz referência ao sentimento de pertencimento em relação ao espaço frequentado, segundo os autores já citados. Entretanto, Dardot e Laval (2017) atualizam essa discussão: eles reforçam que a participação, no sentido de “igualdade no tomar parte” - e não de pertencimento no sentido de identidade - deveria ser o foco para que de fato seja possível a construção do *comm*. Nesse sentido, a participação na construção da paisagem do seu entorno imediato torna-se indispensável quando se pensa no comum urbano.

4. Os espaços residuais comuns

Assim como a paisagem, os espaços da cidade constituem o local do cotidiano e da possibilidade de participação. A diversidade construtiva, tanto temporal quanto estratégica, simboliza a história social e cultural, e os processos de dominação que as cidades experienciaram ao longo dos séculos. Dentre esses espaços, os residuais representam temporalidades diferentes e de alguma forma não estão

diretamente relacionados com a hegemonia cultural. Raymond Williams (1979, p. 125) define:

Por “residual” quero dizer alguma coisa diferente de “arcaico”. [...] O residual, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente. Assim, certas experiências, significados e valores que não se podem expressar, ou verificar substancialmente, em termos da cultura dominante, ainda são vividos e praticados a base do resíduo – cultural bem como social – de uma instituição ou formação social e cultural anterior. É importante distinguir esse aspecto do residual que pode ter uma relação alternativa ou mesmo oposta com a cultura dominante, daquela manifestação ativa do residual (distinguindo-se este do arcaico) que foi incorporada, em grande parte ou totalmente, pela cultura dominante.

Da mesma maneira que a paisagem transforma-se constantemente, a manutenção de construções que estão ativas no processo cultural fazem parte dinâmica socioespacial. Os resíduos integram a vida cotidiana, seja como um lugar de encontro ou parte da paisagem. Caser e Dias (2018, p. 1465) argumentam que: “os espaços residuais podem instigar a experimentação de novas possibilidades de ocupação e uso, seja através da instalação de equipamentos culturais, comerciais, seja como ampliação de espaços públicos de lazer e áreas verdes”. Entretanto, para além da interpretação da paisagem, os espaços residuais configuram um lugar de acesso possível, no sentido de que a sua escala possibilita a aproximação dos moradores da cidade. Por se tratar de uma materialidade, mesmo que esteja incorporado à uma dinâmica capitalista, esses espaços agregam valor à experiência cultural e podem incentivar a participação.

Essa experimentação, além de ajudar na construção do comum urbano, desenvolve cada vez mais o posicionamento crítico da sociedade em relação à produção do espaço. Os espaços residuais também configuram opções para o reuso adaptativo: o principal problema enfrentado hoje pelas classes sociais que não conseguem custear a vida no centro das cidades é a sua segregação espacial. Caso seja possível a sua participação na produção do comum em áreas centrais, onde há uma maior troca cultural e existem mais oportunidades de educação e emprego, essa ação poderia de fato representar uma quebra da hegemonia capitalista. A transformação das áreas residuais em favor do comum deve contar com a participação dos moradores, e não do mercado. “O comum não pode [...] ser reduzido a um recurso de livre acesso (tal qual caricaturado pela ideologia liberal): ele exige o engajamento de uma comunidade – que não precisa ser localmente



delimitada, tampouco homogênea – numa prática social de *commoning*, de *fazer-comum*” (TONUCCI FILHO, 2017, p. 86).

Desde a década de 1960, a discussão em torno da retomada do lugar de encontro nas cidades tem se tornado central em debates acerca do urbano. Em uma realidade onde o encontro não se dá somente nas ruas, a transformação de “tipologias de não-lugar”, conforme definido por Caser e Dias (2018), em locais de uso comum vão de encontro à retomada da “alma dos lugares”. Como descrito por Sharon Zukin (2011), a preservação das pequenas ecologias locais faz-se importante, principalmente, por se tratar da luta pela manutenção do que integra o comum ao cotidiano. “O desejo de uma experiência urbana autêntica começou como uma reação à crise urbana dos anos de 1960, quando as cidades americanas eram comumente descritas como vítimas desanimadas de uma doença fatal”⁶, relata Sharon Zukin (2011, p. 4-5, tradução nossa). Porém, desde então, muitos desses espaços e tipologias tem sido apropriados pela economia simbólica com o intuito da venda da sua imagem e cultura em escala global. O *High Line* em Nova Iorque e o Porto Maravilha no Rio de Janeiro são exemplos. Raymond Williams (1979, p. 126) justifica:

[...] A cultura dominante não pode permitir demasiada experiência e prática residuais fora de si mesma, pelo menos sem um risco. É pela incorporação daquilo que é ativamente residual – pela reinterpretação, diluição, projeção e inclusão e exclusão discriminativas – que o trabalho de tradição seletiva se faz especialmente evidente.

O principal risco do mercado neoliberal corresponde, justamente, à perda da oportunidade da especulação imobiliária. Segundo Joana Pereira⁷, nas palavras de Caser e Dias (2018, p. 1468): “os espaços residuais são lugares de abandono, espaços sobrantes, que acabam sendo mal estruturados e vistos como locais incômodos na cidade, marcados pela marginalização”. A manutenção desses espaços em sua forma degradada para um futuro investimento em infraestrutura que por conseguinte atrai novos serviços urbanos, novos usuários, novas culturas e uma reacomodação do capital financeiro vigente no local caracteriza uma estratégia recorrente colocada em prática pelos agentes produtores das cidades. Portanto, a

⁶ *The desire for an authentic urban experience began as a reaction to the urban crisis of the 1960s, when American cities were routinely described as hopeless victims of a fatal disease.*

⁷ Ver: PEREIRA, Joana I. da Cruz. *Espaços residuais urbanos - Os ‘baixios’ de viadutos*. Dissertação (Mestrado integrado em arquitetura) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2011.



discussão acerca do urbano comum também se relaciona com as possibilidades das futuras transformações.

Uma maneira de enxergar como os espaços residuais poderiam ser transformados com a participação comum seria a sua flexibilização e a escala humana. Diferente da paisagem que se recorta no imaginário, os espaços da cidade podem ser modificados de uma forma mais tangível, a partir da mão de cada frequentador. Por outro lado, a construção de estigmas em relação a esses espaços é cultural, assim como a percepção da paisagem. Por esse motivo, o seu visual constitui um aspecto importante: ele tanto pode ser apreendido pela globalização, quanto pode ser ressignificado e atrair um novo uso para um espaço que faz parte do contexto e que pode atrair práticas pela população que transita no seu entorno. A combinação entre o vazio e conexão cultural permitem uma maior liberdade de ocupação e uso, uma variedade de ações participativas e a criação de espaços comuns. Os espaços residuais tornam-se, portanto, oportunidades de construção do comum nas cidades contemporâneas. Raymond Williams (1979, p. 126) afirma:

Um elemento residual cultural fica, habitualmente, a certa distância da cultura dominante efetiva, mas certa parte dele, certa versão dele – em especial se o resíduo vem de alguma área importante do passado – terá, na maioria dos casos, sido incorporada para que a cultura dominante tenha sentido nessas áreas.

Dessa maneira, a busca pela significação do resíduo tem caráter local, principalmente porque os investidores neoliberais encontram-se fisicamente distantes dos espaços que aguardam a sua ressignificação. A quebra da hegemonia da globalização também simboliza a retomada para dentro, para os investimentos vindos de perto, dos agentes produtores em contato com a vida cotidiana e com os usuários do espaço.

5. Algumas considerações

Essa primeira tentativa de entender práticas sociais locais que opõe-se à produção do espaço dentro da agenda neoliberal da globalização resulta em algumas considerações que podem contribuir no discurso acerca do comum urbano: para além da participação social em espaços fisicamente segregados ou considerados ilegais, a produção do espaço por meio da participação dos usuários da cidade também pode partir de suas áreas centrais. O comum significa, dentre outros, a participação. A concepção da paisagem no imaginário já configura uma ação



individual e de caráter crítico para com o seu entorno. No entanto, mais do que o sentimento de pertencimento, a interpretação do espaço gera um potencial de ação ligado à necessidade de se participar na construção do espaço como forma de torná-lo mais adequado aos seus usuários, ao contrário dos atuais agentes de investimento em planejamento urbano que muitas vezes não se relacionam com o lugar.

Além disso, os espaços residuais configuram locais que fazem parte do processo cultural e que podem simbolizar a retomada dos espaços centrais das cidades por grande parte de seus usuários. Áreas ou construções vazias presentes no cotidiano dos moradores da cidade podem torna-se incentivos para a promoção de um local de encontro e partilha, onde a prática social se distancia da ideia não só de propriedade, como também de apropriação. Por estarem localizados em diversas áreas, a sua ocupação também promove o uso mais homogêneo do território, além de a escala humana de espaços residuais ser mais convidativa. O urbano comum envolve a participação em vários âmbitos: a proposição de novas práticas sociais, a manutenção da cultura local (não como objeto mercadológico); e a troca entre usuários e produtores do espaço podem gerar mudanças em outras esferas do poder.

A construção do comum urbano a partir da escala local e de espaços de fácil acesso para os frequentadores da cidade simboliza um passo possível, um passo alcançável com as mãos. Trata-se do cotidiano, da construção diária, da busca pelo comum nas pequenas práticas, como o recorte da paisagem. A ocupação e a participação representam práticas sociais necessárias à inserção nas áreas centrais da cidade e um ganho expressivo para as plurais lutas anticapitalistas. O comum responsabiliza-se pela união dos frequentadores do espaço e ajuda a potencializar ideais para um futuro distinto.

Referências:

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, David... et al. **Occupy:** movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2012, p. 31-38.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Eds.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998 [1984], p. 84-91.

CASER, Karla do Carmo; DIAS, Maiara Dos Santos. (Re) pensando o não-lugar: estudo do espaço residual da Ponte da Passagem, em Vitória (ES). In: **V ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (ENANPARQ)**. Salvador: FAUFBA, 2018, p. 1462-1492.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaios sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo, Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. Título original: Spaces of capital: Towards a critical geography.

HARVEY, David. Globalization an the 'Spatial Fix'. **geographische revue**, n. 2001/2, p, 23-30. Disponível em: <http://geographische-revue.de/archiv/gr2-01.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: HARVEY, David... et al. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2012, p. 45-56.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Tradução de Angélica Freitas. São Paulo: Paz e Terra, 2016. Título original: Cities at War - Global Insecurity And Urban Resistance.

SIMMEL, Georg. A filosofia da paisagem. In: SERRÃO, Adriana V. (Coord). **Filosofia da paisagem**: uma antologia. 2. ed. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p 39-51.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. **Comum urbano**: a cidade além do público e do privado. (Tese de doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/IGCC-B9BM6M>. Acesso em: 20 dez. 2020.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 433-454, maio/ago 2017.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**. São Paulo: Boitempo, 2007.



ZUKIN, Sharon. **Naked city: the death and life of authentic urban places.** New York: Oxford University Press, 2011.

ZUKIN, Sharon. **The cultures of cities.** Oxford: Blackwell Publishers, 1995.